O HEROÍSMO E A IMPUTAÇÃO OBJETIVA

HEROISM AND OBJECTIVE IMPUTATION

Lucas Eduardo de Lara Ataide¹

Recebido/Received: 26.02.2025/Feb 26th, 2025

Aprovado/Approved: 11.04.2025/Apr 11th, 2025

RESUMO: Causalidade não se confunde com imputação. A primeira é avaliada a partir das ciências naturais (realismo). A segunda mediante processos valorativos, fundada em critérios probabilísticos. Mostrar-se-á, brevemente, a evolução da moderna teoria do fato punível no que se refere ao nexo de causação e nexo de imputação, com a finalidade de trazer mais substrato a discussão da conduta heroica. É no contexto da imputação que se intensifica a polêmica dos salvadores voluntários e involuntários. Mediante análise da jurisprudência alemã, bem como de literatura estrangeira, com apresentação de exemplos reais e hipotéticos, buscar-se-á averiguar se a nova solução está de acordo com as expectativas normativas alemã e brasileira, considerando a recente mudança de entendimento de Claus Roxin. Nem sempre o resultado lesivo ao herói vai gerar imputação. A conclusão encontrada é de evidente importância, considerando os efeitos estigmatizadores e aflitivos da persecução penal.

PALAVRAS-CHAVE: causalidade; imputação; autorresponsabilidade; fins de proteção, salvadores.

ABSTRACT: Causality is not to be confused with imputation. The former is assessed based on the natural sciences (realism), while the latter is determined through evaluative processes grounded in probabilistic criteria. This work will briefly outline the evolution of modern theory regarding punishable acts, specifically concerning the causal link and the link of imputation, with the aim of providing further substance to the discussion of heroic conduct. It is within the context of imputation that the controversy surrounding voluntary and involuntary rescuers intensifies. Through an analysis of German case law and foreign literature, including real and hypothetical examples, this study seeks to examine the solution adopted is in accordance with the normative expectations of Germany and Brasil, light of a recent shift in Claus Roxin's understanding. A harmful outcome for the hero does not always result in imputation. The conclusion reached is of evident significance, considering the stigmatizing and distressing effects of criminal prosecution.

KEYWORDS: causality; imputation; self-responsibility; protection purposes, rescuers.

¹ Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), coordenado pelo Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos. Especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Bacharel em Direito pela faculdade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/8855328551572158>. E-mail: lataide@mpmg.br

INTRODUÇÃO

Primeiramente, urge a obrigação de esclarecer que entre o início da produção deste ensaio, até a sua conclusão, a comunidade jurídica recebeu a notícia do falecimento de Claus Roxin (15/05/1931 – 18/02/2025) – um dos mais notórios dogmáticos alemães – inspirando e reformando – múltiplas ordens jurídicas internacionais. Aumentou-se, portanto, a responsabilidade nesta publicação póstuma.

Alguns temas sobre imputação objetiva, naturalmente, são desafiadores. Há, todavia, aqueles que se destacam, especialmente pela controvérsia na literatura internacional. Salvadores voluntários e involuntários fazem parte deste último grupo.

As problemáticas atinentes aos salvadores são devidas pelo modelo garantista, produto dos ordenamentos jurídicos modernos. Tem-se o princípio da materialidade ou exterioridade da ação (*nulla injuria sine actione*), quinto axioma de Luigi Ferrajoli. Seu efeito prático é impedir a responsabilidade por ofensa – ainda que penalmente relevante – caso não seja efeito específico de uma ação (Ferrajoli, 2014, p. 440). Ocorre que a relação de causa e efeito decorrente de uma ação voluntária, ainda que dirigida finalisticamente, também se mostra insuficiente, fazendo-se necessárias avaliações dos critérios de imputação.

Torna-se mais tormentoso, ainda, quando se exige que a avaliação transcenda a conduta do agente ofensor, já que a ação ou omissão da própria vítima passa a ter importância para definir a responsabilização.

Posto assim, busca-se estabelecer critérios seguros para a correta imputação objetiva dos salvadores voluntários e involuntários, de forma a não tornar o modelo garantista em um sistema punitivo irracional (Ferrajoli, 2014, p. 99).

Adverta-se, contudo, que estabelecer um critério seguro não significa garantir a perfeição do sistema, já que este é pautado por probabilidades, visto que a reconstrução fática do passado não é exata, considerando seus intrínsecos limites epistêmicos e normativos. Assume-se esse *déficit*, buscando critérios racionais para definir o que se exige para a imputação (ou não) do tipo objetivo aos salvadores (Marteleteo Filho, 2019, p. 544).

O presente ensaio buscará, em primeiro momento, delinear aspectos gerais dos sistemas de atribuição do tipo objetivo. Traçado o panorama geral, será

delimitado onde a temática dos salvadores voluntários e involuntários está alocada no processo da imputação objetiva.

Será avaliada se a conduta da vítima interfere na atribuição do tipo objetivos, buscando-se alguns critérios racionais para delimitar a capacidade de autoexposição ou consentir para que outrem lhe coloque em alguma situação de risco.

Verificar-se-á a controvérsia do tema na literatura alemã, avaliando uma possível mudança de entendimento de Claus Roxin quanto aos desdobramentos do resultado lesivo aos salvados voluntários e involuntários.

Por fim, mediante o método hipotético-dedutivo, será estabelecido se esse posicionamento é aplicável ao ordenamento jurídico brasileiro.

1 BREVES NOTAS SOBRE IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Prima facie, não se deve confundir causação com imputação do resultado. O primeiro refere-se a um processo natural de determinação causal, enquanto o segundo exige um processo valorativo de atribuição típica. Fala-se que a exigência de um processo valorativo é por conta da evolução do estado da arte da física quântica – que demonstrou que a emissão de elétrons no interior do átomo é regida, na verdade, por leis estatísticas de natureza probabilística (Cirino, 2018, p. 128-129).

Sabe-se, todavia, que o Código Penal brasileiro adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais. Criada, inicialmente, por Glaser no direito austríaco e, posteriormente, melhor desenvolvida por Buri, que a incluiu na jurisprudência da Alemanha (Tavares, 2020, p. 229). A adesão a esta teoria implica em aceitar que todas as condições determinantes de um resultado são necessárias a sua produção, isto é, são equivalentes. Nesse sentido, causa é condição que não pode ser excluída, hipoteticamente, sem excluir o resultado (Cirino, 2018, p. 130).

O regresso ao infinito que, aparentemente, é gerado por tais pressupostos é saneado por uma fórmula desenvolvida, embrionariamente, por Tomás de Aquino, ao fazer a separação entre causas primárias e secundárias. Posteriormente, foi aperfeiçoada por Hume, na formulação do princípio da regularidade (Tavares, 2020, p. 230).

Sistematizando, causas absolutamente independentes interrompem o curso causal. Isto é, se dentro de uma cadeia de condições uma posterior puder explicar, integralmente, a causação do resultado, a condição antecedente será descartada.

Em relação as causas relativamente independentes a condição anterior não será ignorada. No entanto, a imputação poderá ser excluída, pois conforme já foi trabalhado, separa-se a causação do resultado da imputação do resultado. Isso é claramente demonstrado no artigo 13, § 1º do Código Penal brasileiro.

O regresso ao infinito não é a única crítica destinada a teoria da equivalência. A título exemplificativo, cite-se: causalidades hipotéticas e alternativas (Cirino, 2018, p. 131); nexos de condições incomuns não tem qualquer influência sobre a causalidade; causalidade não é interrompida pela ação dolosa de um terceiro entre o comportamento e o resultado; causalidade não deixa de existir quando a relação de conformidade a leis é intermediada pela mente de outra pessoa (Roxin; Greco, 2024, p. 585-587).

A moderna teoria do fato punível, na procura de formas de limitar a responsabilidade jurídico-penal, trouxe complementos à *conditio sine qua non*. Sofisticações foram introduzidas na dogmática, como a teoria da causalidade adequada - probabilidade do resultado deve ser aferida, objetivamente, por um observador posterior; teoria da relevância jurídica - causa será apenas a condição que seja relevante para o direito e teoria da causalidade funcional - explica os acontecimentos a partir dos limites da norma proibitiva e suas finalidades (Tavares, 2024, p. 238-240).

A correta imputação do tipo de injusto além de garantir o *status libertatis* do indivíduo compromissado com a ordem jurídica, objetiva estabelecer uma espécie de “seguro” ao comportamento das demais pessoas que aderiram ao pacto legislativo – não sendo necessário o abandono das expectativas normativas. A pena é uma reação contrafática ao desvio delitivo (Jakobs, 2012, p. 110).

Dentro das etapas históricas da evolução sistemática do crime, verificou-se que o tipo objetivo ficou, predominantemente, limitado às relações de causalidade. O modelo teleológico-racional foi o responsável por formular “um conjunto de regras orientado em função de valorações jurídicas”, substituindo a categoria lógica natural da causalidade. Portanto, a imputação de um resultado depende, necessariamente, da “realização de um perigo não permitido dentro do alcance do tipo” (Roxin; Greco, 2024, p. 397).

Sendo assim, não basta que a comissão tenha causado o resultado. O resultado tem que ter sido realizado através de um perigo gerado pelo autor e desaprovado pelo Direito.

O alicerce da teoria da imputação objetiva é a:

[...] observação, deduzida da essência da norma jurídico-penal, que se encontra também na base da teoria da adequação: só é objetivamente imputável um resultado causado por uma ação humana (no sentido da teoria da condição), quando dita ação criou um perigo juridicamente desaprovado que se realizou no resultado típico (Callegari, 2001, p. 19).

Os fins de proteção da norma penal é um critério regulador que determina a existência – ou não – da relação de risco, possuindo raízes na política criminal (Callegari, 2001, p. 38). Nesta direção, verifica-se que há um grupo de contextos fáticos nos quais o resultado pode ser imputado a quem resulta lesionado. Em outras palavras, é analisado se quem cria a situação em que terceiros podem ser colocados em perigo responde pelas consequências geradas em si próprios (Jakobs, 2012, p. 107).

Dito assim, cumpre esclarecer que a questão atinente aos salvadores voluntários e involuntários dizem respeito aos fins de proteção da norma penal, especificadamente na temática da autocolocação em perigo e da heterocolocação em perigo consentida.

Ocorre que, para um indivíduo se colocar em perigo ou consentir que outrem lhe coloque em situação de risco, parece que necessita de valoração de critérios como liberdade e autonomia.

Inicia-se, desse modo, a investigação da conduta da vítima na imputação objetiva. A noção de autorresponsabilidade – e seus consectários - são pressupostos fundamentais.

A autonomia é um dos três componentes do princípio da dignidade da pessoa humana (Barroso, 2013, p. 120), que, por sua vez, tem previsão expressa no art. 1º, III, da Constituição Federal, decorrência lógica do direito à liberdade (art. 5º, caput, CF).

O ser humano, como sujeito, pode ser dividido em dois segmentos. O primeiro segmento seria o da entidade natural. Tal atributo, apesar de relevante para distingui-lo de outros entes da natureza, pode não parecer suficiente para fazê-lo responsável por seus atos perante o direito. O segundo segmento seria o do sujeito como pessoa responsável. Propõe-se identificá-lo (averiguar sua existência real) para depois avaliar seus atributos (Tavares, 2020, p. 144). Critica-se a busca de um denominador comum a todos os sujeitos, como a própria racionalidade (perquirida desde Aristóteles), cujo conteúdo é despido de materialidade. Propõe-se, portanto,

que os atributos sejam investigados considerando a pessoa como um ser dinâmico – e não estático (Tavares, 2020, p. 159). Parece-nos, contudo, que uma exigência, excessivamente, rígida sobre o indivíduo - em poder dispor de um bem jurídico individual – impõe um paternalismo jurídico exacerbado, à título de proteção, viola logo o primeiro componente da dignidade da pessoa humana: a autonomia.

Nesta ordem de ideias “a autonomia, entendida como autodeterminação, significa a capacidade de escolher livremente o modo de organização e desenvolvimento do âmbito vital, sem que terceiros ou o Estado interfiram na liberdade de decisão do sujeito” (Jhoner; Souza, 2022, p. 171).

A ideia de que o indivíduo define sua vida conforme sua respectiva noção de bem é muito cara aos adeptos do conceito liberal de bem jurídico, o que reforça os valores da autonomia e autodeterminação em toda a dogmática penal. Há posicionamento no sentido que tais valores possibilitam uma renúncia à proteção penal quanto aos bens jurídicos individuais, incluindo a vida, em algumas ocasiões (Cirino, 2018, p. 279). Ora, se a instrumentalidade do bem jurídico se destina ao livre desenvolvimento individual da pessoa humana, não pode haver qualquer lesão do bem jurídico se uma ação se basear em um ato de disposição do titular – não prejudicando seu livre desenvolvimento – mas sendo modo de sua expressão (Roxin; Greco, 2024, p. 793).

Destarte, traçando-se algumas conclusões gerais, o ingresso autorresponsável da vítima, a um contexto fático de perigo permite reconhecer, ao menos em regra, a ausência de imputação daquele que atuou em conjunto com ela. Distintamente, havendo a carência de autonomia ou autorresponsabilidade – a exposição da vítima ao perigo – poderá gerar imputação.

Buscando-se balizas seguras nessa aferição, sugere-se a estrutura do conceito de culpabilidade como parâmetro. Uma proposta mais rigorosa, advinda de um conceito performático de ação, propõe a averiguação do contexto social no qual o indivíduo norteia sua conduta. Uma pessoa só pode deliberar sobre o seu destino caso tenha capacidade de se expressar linguisticamente, de se identificar com alguma preposição formulada, executar alguma conduta com pretensão de validade, avaliar a conduta dos demais, contestar seus próprios argumentos e depois alterá-lo, ser responsável por sua conduta e se comunicar conscientemente com os demais (Tavares, 2020, p. 163).

2 SALVADORES VOLUNTÁRIOS E INVOLUNTÁRIOS

Quem desencadeia uma ação de salvamento – que não estava obrigado – impõe consequências penais ao destinatário do salvamento, em caso de resultado lesivo? Sendo obrigado por Lei, contrato, ou situação fática de aceitação, a resposta permanece a mesma?

Pontue-se que, adotando apenas o sistema da causalidade, baseado em leis naturais, o agente que era portador da fonte de perigo, fatalmente, contribuiu causalmente para o resultado naturalístico. No entanto, ingressando-se no sistema da imputação normativa, conclui-se que o resultado pode vier a estar fora do alcance do tipo, o que impediria a imputação.

No caso da ação de salvamento voluntária, a autocolocação em perigo tem como pressuposto que a vítima do resultado lesivo corre o risco por sua própria conta. Quando a vítima assume as consequências do risco não haverá imputação. Adota-se nesse cenário, de forma geral, o princípio da autorresponsabilidade (Tavares, 2020, p. 269).

De forma geral, não adentrando às particularidades da discussão do surgimento da fonte de perigo, o posicionamento majoritário na literatura é no sentido que o resultado lesivo aos salvadores voluntários não gera imputação por conta da autocolocação em risco. Por outro lado, a ausência de imputação no caso dos salvadores involuntários está situada no âmbito de responsabilidade alheio (Roxin; Greco, 2024, p. 645) seja pelas obrigações legais, seja pelos chamados riscos profissionais (Jakobs, 2012, p. 125).

Em relação as obrigações legais, faz-se crítica à chamada teoria dos deveres jurídicos formais, entendida como a elaboração de fórmulas genéricas que vinculam qualquer pessoa à posição de garantidor. Indica-se a necessidade de o garantidor estar em posição de impedir o fato e que sua omissão possa ser equiparada causalmente à ação, requisitos estes extraídos do próprio art. 13, § 2º, do Código Penal brasileiro (Tavares, 2020, p. 453).

Dentro da perspectiva dos salvadores voluntários, deve-se pontuar que a jurisprudência, sobretudo a alemã, tem julgados em sentido diversos. Na decisão *BGHSt 39, 322*, o Tribunal Alemão condenou o réu por ter provocado incêndio em uma residência. Durante as chamas, o familiar do proprietário ingressou com a finalidade de salvar uma pessoa (que não estava no local), bem como alguns

objetos pessoais. Nos fundamentos foi mencionado “que o autor se beneficia com a não-ocorrência do resultado no caso de uma ação salvadora, se ela falhar ele terá de responsabilizar-se por isso” (Roxin; Greco, 2024, p. 634).

Saliente-se que a autocolocação em risco não socorre quando alguém produz uma catástrofe com intenção de que o terceiro realize manobras perigosas ou para fazer com que alguém busque uma saída específica para a catástrofe, já que em ambos os casos, estaríamos diante de um estado de necessidade por coação (Jakobs, 2012, p. 125).

Caso peculiar é quando a vítima recusa o socorro. O *BGH (NJW 2001, 2816)* mantendo uma posição rígida, releva a imputação apenas quando a recusa da vítima for demasiadamente irrazoável, fazendo incidir, inclusive, parâmetro de taxa de mortalidade no procedimento de socorro entre 5% a 15%. A literatura, diferentemente, reforça a noção da autorresponsabilidade, ao entender pela impossibilidade de imputação quando a vítima se opuser à internação, apesar de estar devidamente advertida quantos aos riscos; ou sofrer lesões leves decorrentes de um atentado, com a finalidade de morrer e virar um mártir, já que, em nenhum desses casos, o tipo de homicídio visa tais finalidades (Roxin; Greco, 2024, p.635).

Há, todavia, posicionamento doutrinário no mesmo sentido da decisão prolatada pelo *BGH*, embora com fundamentos diversos. Diz-se que, mesmo não havendo uma obrigação para quem realiza o salvamento, o terceiro destinatário da ação é obrigado a tolerar, desde que o risco de tal salvamento seja moderado e dentro das expectativas normativas, pois quem faz mais do que está obrigado, fazendo-o na forma que o direito admite, não há riscos consideráveis para quem é salvo (Jakobs, 2012, p. 127).

Verifica-se que a jurisprudência civilista alemã tem julgados imputando o resultado, com consequências civis, quando as diligências do salvamento estiverem vinculadas a uma *relação racional* com a autocolocação em risco. A exceção seriam esforços de salvamento nitidamente *frívolas e levianas*. A literatura adverte que tal posicionado não deve ser acolhido, pois além do salvador não estar juridicamente obrigado, o indivíduo a ser salvo não tem poder de exercer qualquer influência perante o seu salvador. Outra crítica que se faz é o juízo de valor a ser feito em uma “relação racional” pode colidir com o princípio da determinação da lei penal (Roxin; Greco, 2024, p. 633).

Passando-se à análise dos salvadores involuntários. Faz-se necessária a breve distinção entre os critérios para definir a posição de garantidor. O critério formal (ou clássico) define a condição de garantidor com fundamento na Lei, contrato ou ação precedente perigosa. Diferentemente, o critério material (ou moderno) considera existentes duas fontes distintas. A primeira é a garantia de proteção de pessoa determinada de situações de perigo indeterminadas. A segunda é a garantia de determinadas fontes de perigo para pessoas indeterminadas (Cirino, 2018, p. 219). Por ser mais restritiva e segura, a o critério formal é adotado pelo Código Penal brasileiro (art. 13, § 2º).

Clássico exemplo da literatura é o da professora que leva alunos para uma excursão em local com piscina. Falhando em seus deveres de vigilância um aluno começa a se afogar. Um salva-vidas, devidamente capacitado, na tentativa de salvamento, se afoga e morre. A professora responde pelo resultado morte do salva-vidas?

Tem-se aqui uma recente e significativa mudança no entendimento de Claus Roxin. Em edições anteriores de sua principal obra (*Strafrecht Allgemeiner Teil 01*) o jurista alemão entendia que a adesão aos riscos da profissão seria voluntária, havendo, inclusive, contraprestação financeira ao salvador, com a conclusão de que a imputação não deveria ser direcionada ao causador do risco, mas sim à ordem jurídica (Roxin; Greco, 2024, p. 646).

A partir de 2019, em nova reflexão, ponderou que a ordem jurídica não age livremente, pois está vinculada a proteção de direitos fundamentais de primeira dimensão, tais como vida, liberdade, integridade corporal e propriedade de seus cidadãos. Nesse sentido, havendo involuntariedade no salvamento, não haveria margem para a imputação, com exceção do incendiário (Roxin; Greco, 2024, p. 646).

Portanto, considerando esse posicionamento, a resposta é afirmativa para a questão hipotética formulada anteriormente.

Parece que este posicionamento está alinhado ao ordenamento jurídico brasileiro. Vejamos. O art. 24, § 1º, do Código Penal dispõe que “não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo”. O dever de especial de proteção é imposto a determinadas categorias de agentes públicos que possuem o dever legal de enfrentar o perigo. Não realizando o dever, estão sujeitos à imputação na omissão imprópria (art. 13, §2º, CP), à prevaricação (art. 319, CP) e

a apuração administrativa. Portanto, extrai-se que, de fato, a liberdade é restringida, prejudicando a autonomia.

Por oportuno, esclareça-se que esses deveres de proteção estão limitados aos perigos específicos da função: o bombeiro em relação ao incêndio, o policial em relação ao agente criminoso, o médico em relação ao contágio de doenças, assim sucessivamente (Cirino, 2018, p. 265).

Na Alemanha, conclui-se que o tratamento não é diferente. O §35 *StGB* (Código Penal alemão) impõe, expressamente, como fator que afasta a exculpação a circunstância do agente ter que suportar o perigo, pois se encontra em uma relação jurídica especial. Interessante notar a ressalva doutrinária, quando afirma que os deveres de suportar o perigo não são deveres de sacrifício, mas sim deveres de risco. Assim colocado, quando de poder prever, em um juízo de certeza ou alta probabilidade o fato morte, ou de um dano significativo a saúde, a fuga diante do perigo de vida volta a estar justificada pelo §34 *StGB*, ainda que decorra de um dever em posição especial (Roxin; Greco, 2024, p. 1032).

E quanto ao dever especial em proteger bens jurídicos difusos? Pois bem. A problemática não é considerá-los como bens dignos de tutela, o que parece indiscutível. No entanto, a natureza de um bem difuso (metaindividual) dificulta a sua identificação. Com vistas a simplificar, cite-se os tipos que criminalizam as ofensas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Lei nº 9605/1998). Identificado o direito metaindividual pelo agente público, busca-se a avaliação rigorosa da proporcionalidade da atuação, bem como o comportamento alternativo menos gravoso (Tavares. 2020, p. 361).

Para avançar no debate, passa-se aos difíceis questionamentos em relação ao erro médico.

Esclareça-se que um especialista ao tratar o enfermo, invariavelmente, assumirá determinados perigos de natureza moderada. No entanto, caso venha a criar de maneira completa qualquer situação de justificação, retirou, *per si*, a garantia das expectativas normativas, já que tomou uma postura contra a norma (Jakobs, 2012, p. 26).

A título confirmatório do afirmado, caso a vítima de tentativa de homicídio morra na sala de cirurgia por erro médico, é preciso distinguir duas situações distintas. Caso o resultado seja produto exclusivo do risco posterior, qual seja, o erro médico, a imputação será direcionada ao causador do erro, o médico. Em outras

palavras, a culpa grosseira do médico deve excluir a imputação do primeiro causador do risco não permitido. Não obstante, ocorrendo a conjugação do primeiro risco com o posterior, ambos os produtores do risco serão penalizados, por elementos subjetivos distintos, dolo do primeiro e culpa do segundo (Cirino, 2018, p. 130).

Tem-se um exemplo relevante fornecido por Roxin que é do policial que persegue assaltante fugitivo e que, lamentavelmente, sofre um acidente durante o percalço. Entende-se pela imputação ao agente. Apesar deste não ser obrigado a cooperar com a perseguição, não pode produzir riscos a terceiro que extrapolem o juridicamente devido (Roxin; Greco, 2024, p. 647).

Mudando-se um pouco o exemplo acima. Digamos que um inocente morra por conta de uma bala disparada, acidentalmente, por um policial em um contexto de assalto a banco praticado por associação criminosa. É possível imputar aos integrantes da associação o resultado?

Verifica-se a criação de um risco proibido. De igual forma, o risco foi realizado no resultado, já que, em termos probabilísticos, a morte ou lesão de alguém na empreitada é quase certo. Por fim, a finalidade protetiva do tipo de latrocínio (art. 157, § 3º, inciso II do Código Penal), indubitavelmente, é evitar lesões à vida e ao patrimônio. Imputa-se, portanto, o tipo de injusto. É a nossa posição.

Diferentemente, constata-se na literatura brasileira posição diversa. Com amparo na teoria da relevância jurídica de Mezger – que apesar de ser parecida – ainda não é uma teoria da imputação – defende-se que se a vítima de homicídio morre por conta de tiro advindo de um policial, tal fato impossibilita a responsabilidade do assaltante, já que o tipo de injusto delimita que a morte decorra do emprego de violência pelo próprio agente e não de pessoas estranhas ao fato (Tavares, 2020, p.240).

Parece-nos que possibilitar ao agente criar um cenário de guerra e isentá-lo dos desdobramentos que derivam, diretamente, do seu agir, gera um déficit de proteção insustentável. Aliás, o dolo direto de segundo grau é elaborado justamente em situações análogas a este contexto, abarcando as consequências ou circunstâncias, cuja realização não se pretende, mas cuja ocorrência o agente reconhece como certa e, conscientemente, provoca (Roxin; Greco, 2024, p. 673).

CONCLUSÕES

Foi possível verificar que o processo de limitação dos tipos de delitos comissivos dolosos se inicia com a análise da relação de causalidade entre ação e resultado.

Não obstante, a moderna teoria do fato punível concluiu pela insuficiência de um critério meramente causal, baseando em leis naturais, para a atribuição de um tipo de injusto. Buscou-se, mediante critérios normativos, um adequado sistema de imputação.

Sofisticou-se o causalismo e o finalismo, ao conseguir elaborar um nexo de imputação mais restritivo do que uma mera causalidade guiada por uma ação final, introduzindo a noção de risco, fundada em critérios probabilísticos.

Dentro dos estágios analíticos da imputação objetiva foi abordado o tema dos fins de proteção da normal penal, permitindo que, em alguns casos, pode-se atribuir a responsabilidade para o próprio lesionado. Nesse contexto, fala-se em autocolocação e heterocolocação consentida em perigo.

Buscou-se averiguar, ainda que sucintamente, a conduta da vítima na imputação objetiva. Atendidos os pressupostos da liberdade, autorresponsabilidade e autonomia, a conduta da vítima interfere na imputação do tipo objetivo, considerando a possibilidade de renúncia a bens jurídicos individuais. Foram apresentados alguns parâmetros racionais que permitem identificar a capacidade de renúncia.

Quanto aos salvadores voluntários foi demonstrado que o entendimento majoritário na doutrina é no sentido de privilegiar o princípio da autorresponsabilidade da pessoa humana. Nestes termos, diante da voluntariedade do salvador que se autocoloca em risco para conduzir a ação de salvamento, não há que se falar em imputação. Foram apresentadas exceções à regra majoritária, como causar dolosamente catástrofe para então colocar em curso uma ação de salvamento.

Colecionado um conjunto de jurisprudência do *BGH*, bem como jurisprudência alemã em âmbito cível, com entendimentos peculiares em contextos diversos, tal como na hipótese de recusa de socorro.

Quanto aos salvadores involuntários foi confirmada a mudança de entendimento de Claus Roxin. Mostrou-se que em período anterior à 2019, o jurista

alemão entendia pela impossibilidade de imputação, considerando que o risco do encargo foi conscientemente assumido. No entanto, em nova ponderação, passou a considerar que a ordem jurídica é vinculada à defesa de direitos fundamentais, sobretudo os de primeira dimensão.

Nesse mesmo sentido, “é legítimo imputar a morte ou os ferimentos do socorrista que sofre um acidente, uma imputação além disso, mesmo no caso dos socorristas que agem de forma não obrigatória, somente pode ser fundamentada, ao contrário da opinião predominante, se a ação for considerada involuntária de acordo com os critérios subjacentes às regras do estado de necessidade exculpante ou da imputabilidade” (Roxin; Greco, 2024, p. 646).

Demonstrou-se que este posicionamento está alinhado com o *StGB* (§§ 34 e 35), bem como com o Código Penal brasileiro (art. 13, §2º). Há, portanto, amparo normativo.

Destarte, quanto aos salvadores voluntários, suprimindo algumas exceções apresentadas no presente ensaio, conclui-se que o heroísmo não direciona à imputação. Da mesma sorte não socorre o produtor de risco não permitido em caso de resultado lesivo aos salvadores involuntários, considerando a incompatibilidade com a autoexposição ou consentimento na heterocolocação em risco.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. "**Aqui, lá e em todo lugar**": a dignidade humana no direito contemporâneo e no discurso transnacional. *Revista do Ministério Público*. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 50, out/dez. 2013. Disponível em: [<https://shre.ink/MxNt>]. Acesso em 5 abr. 2025.

CALLEGARI, André Luís. **Imputação objetiva**: lavagem de dinheiro e outros temas de Direito Penal / André Luís Callegari – Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: *teoria do garantismo penal* / Luigi Ferrajoli – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014.

FILHO, Wagner Marteleto. **O problema do desconhecimento no dolo**: os dois planos de normatização do elemento intelectual, com particular aplicação ao erro e aos desvios dos processos causais. Universidade de Lisboa. 2019. Disponível em: [<https://surl.li/lxwcnv>]. Acesso em: 5 abr. 2025.

JAKOBS, Günther. **Fundamentos do direito penal** / Günther Jakobs – 2.^a ed. – São Paulo – Revista dos Tribunais. 2018.

JOHNER, Marcos Afonso; SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder de. **Conduta da vítima e imputação objetiva**. Revista Brasileira de Ciências Criminas. vol. 189. 2022. Disponível em: [<https://doi.org/10.54415/rbccrim.v189i189.16>]. Acesso em 5 abr. 2025.

ROXIN, Claus. **Direito Penal: parte geral**: tomo I: fundamentos: a estrutura da teoria do crime / Claus Roxin, Luís Greco – São Paulo: Marcial Pons, 2024.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: parte geral**. / Juarez Cirino dos Santos. – 8ª ed. – Florianópolis: Tirant lo blanch, 2018.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos de teoria do delito** / Juarez Tavares. – 3ª ed. – São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.